

A Questão Monetária e Financeira na *Economia Política do Desenvolvimento*

William Vella Nozaki (IE/UNICAMP)¹

No período pós-guerra explicitaram-se algumas contradições entre os percursos para o desenvolvimento econômico e para a estabilidade da moeda, assim como certos conflitos sobre a política desenvolvimentista e a política monetária. No Brasil, a discordância entre projetos de desenvolvimento econômico converteu-se numa “cisão” sobre a interpretação do modelo de acumulação de capital, donde difundiu-se a idéia amplamente aceita, segundo a qual nas análises estruturalistas não haveria lugar para a elaboração de questões monetárias e financeiras.

Perscrutando as principais vertentes do pensamento desenvolvimentista em conjunto torna-se evidente que essa idéia é passível de ponderações, sendo possível resgatar e explicitar uma *economia política monetária* subjacente àquela *economia política da produção*. Entendamos.

Ao assumir a industrialização como percurso necessário para a modernização, o pensamento desenvolvimentista reconhecia o problema fundamental do investimento, e, como decorrência das questões industriais e tecnológicas emergiam as questões monetárias e financeiras sob uma forma bastante específica: a preocupação com o financiamento da produção, ou seja, com os recursos necessários para a efetivação da industrialização.

Sua primeira manifestação encontra-se no âmbito da CEPAL, à partir da relação entre **indústria e poupança**: a ligação entre desequilíbrio estrutural externo e restrição interna ao crescimento se daria através dos baixos índices de produtividade que se converteriam em escassez de poupança, o resultado: pressão inflacionária; as possibilidades para se contornar tal situação exigiriam a presença do capital estrangeiro assim como a criação de poupança e seu planejamento. Partindo da crítica sobre a determinação da poupança (oferta) sobre o investimento (demanda), e da noção de que a lógica do capital responde menos à produção que ao lucro, Celso Furtado desloca o debate para o eixo que privilegia **industrialização e crédito**, e, entre as dependências comercial e tecnológica ganha destaque a dependência financeira determinada pelos fluxos internacionais de capital e pela maneira como o planejamento estatal os articula ao circuito interno de acumulação, seja estimulando a penetração de grupos estrangeiros, seja apoiando financeiramente grupos nacionais ou ainda participando ativamente como parceiro ou elo de ligação entre a empresa estrangeira e a empresa privada nacional.

Numa chave distinta, preocupado com a subordinação criada pela dependência do capital internacional, Caio Prado Jr. enfatiza o dístico **produção e endividamento**, aponta como ao ocupar os

¹ Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH/USP); mestrando em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica (IE/UNICAMP).

pontos estratégicos da produção industrial, esse capital criou um hiato entre a base empresarial e o espaço econômico nacional, deixando obstáculos para o acesso do empresariado às novas tecnologias e fontes de financiamento, conduzindo o país à incapacidade de competitividade e à manutenção da internacionalização do mercado interno.

Para os teóricos do capitalismo dependente, a relação entre **empresariado e investimento** é fundamental, nesse arcabouço a opção da burguesia nacional significava: deixar de articular-se ao proletariado nacional para vincular-se ao capital externo, dessa maneira transitava-se para um capitalismo associado-dependente, informado pela opção de alavancar a indústria com investimentos estrangeiros; mudanças no contexto internacional eram percebidas como possibilidade de associação compulsória potencialmente conversível em associação subalterna, a depender dos interesses das classes dominantes, nesse ponto a ideologia industrialista-empresarial assume caráter significativo no interior dessa explicação. Já para os teóricos do capitalismo tardio, o problema central estaria nas contradições entre **industrialização e financiamento**, tratava-se de sublinhar as dificuldades para a centralização do capital e a inexistência de um sistema de financiamento endógeno, a principal questão passaria a ser a internalização dos mecanismos de acumulação de capital, ou seja, como seria possível financiar o investimento e o consumo rumo a uma economia urbano-industrial, superando a fragilidade dos sistemas financeiros locais. Nessa perspectiva, a inadequação da estrutura financeira teria decorrido da rapidez das transformações estruturais inerentes ao modelo histórico de desenvolvimento brasileiro, afinal, as funções financeiras aparecem tardiamente nos sistemas bancários latino-americanos.

A economia política desenvolvimentista trouxe um conjunto de problemas à partir dos quais se torna profícuo tematizar a questão monetária e financeira na periferia: a necessidade de se criar poupanças e de se mobilizar crédito para o desenvolvimento; as condições internas de reprodução de capital que podem ocasionar tendências cíclicas à inflação e ao endividamento; as diversas formas de dependência capazes de subordinar nossos tipos de investimento, obstruindo as possibilidades de financiamento de nossa produção. Esses autores caminharam rumo ao programa de crítica ao equilíbrio geral da economia, e, suas teorias descartaram progressivamente as idéias mais tradicionais e ortodoxas acerca da moeda.

O tratamento da questão monetária e financeira implícita e subordinada à determinação da questão industrial e tecnológica no arcabouço desenvolvimentista, observada com os olhos atentos da atualidade, sugere que a crítica à divisão internacional do trabalho deve ser acompanhada de uma crítica igualmente contundente às hierarquias nos sistemas monetário internacional e interestatal, pois dessa combinação depende a compreensão integral da dependência externa das economias periféricas.